

A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES ENQUANTO ENSINO DE GRADUAÇÃO: PROPOSTA DE PARQUE URBANO EM PELOTAS/RS

EMILY SCHIAVINATTO NOGUEIRA¹; LUCIANA CAVALHEIRO DE FREITAS²;
SHIRLEY TERRA LARA DOS SANTOS³

¹Universidade Federal de Pelotas – ey.nogueira@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucavalheirodefreitas@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – ssantosufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresenta uma breve discussão acerca da importância e da qualidade dos espaços livres nas cidades brasileiras, através do projeto ‘Parque Solis’ o qual foi desenvolvido enquanto um exercício acadêmico durante a disciplina de Projeto de Paisagismo (FAUrb/UFPe)¹. A partir deste, objetiva-se a argumentação introdutória de conceitos teóricos e potentes reflexões experienciadas durante o processo projetual paisagístico com ênfase em parques públicos em áreas de periferia urbana.

A forma urbana, enquanto objeto de pesquisa, constitui-se como um sistema de espaços livres e edificados, públicos e privados, legais e ilegais, acolhedores e excludentes (MACEDO, 2018). Dessa forma, seu papel é paradoxal e encontra-se como produto e condição para o processo social (LEFEBVRE, 1974 *apud* MACEDO, 2018). No entanto, ainda que vários autores venham se debruçando sobre os estudos morfológicos na área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, tais iniciativas são isoladas e fragmentadas, revelando assim a inexistência de investigações mais gerais sobre o tema no país (MACEDO, 2018).

O estudo da forma urbana não é considerado importante apenas para a definição e entendimento de padrões estéticos, mas sim pelo papel de contenedora da vida social, de estruturadora dos sistemas de espaços livres e de interlocutora direta com as dinâmicas ecológicas pré-existentes e com o sítio de cada localidade (MACEDO, 2018).

Dessa forma, a reflexão aqui proposta e o consequente estudo de caso a ser apresentado busca reconhecer os espaços livres como elementos inerentes à forma urbana, cujos sistemas estruturadores são uma das principais infraestruturas urbanas e suas espacialidades abrigam grande parte da vida cotidiana, dos conflitos e acordos da sociedade (MACEDO, 2018). Ao reconhecer tal fenômeno, o estudo alia-se à reflexão teórica acerca do direito à cidade e como essa foi transformada ao longo do tempo: marcadas pelas necessidades individuais por uma sociedade dita de consumo, as estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais, etc) têm hoje a obrigação de redefinir suas formas e funções em prol das demandas sociais (LEFEBVRE, 1974). Nesse sentido, Abbud (2006) afirma que a arquitetura paisagística tem apresentado grande êxito ao proporcionar melhor qualidade de vida às populações urbanas.

¹ Exercício projetual realizado pelas discentes Emily Schiavinatto Nogueira e Luciana Cavalheiro de Freitas sob orientação da Profa. Arq. Urb. Shirley dos Santos, durante o segundo semestre de 2020 (em condições de ensino remoto devido à Pandemia do Covid-19).

Diante de tais reflexões e da oportunidade de aplicá-las enquanto prática projetual na disciplina de Projeto de Paisagismo, a proposta respaldou-se nos conceitos teóricos apresentados, utilizando-os como diretrizes projetuais. O projeto, reconhecido aqui como objeto de estudo, foi desenvolvido em um sítio pré-definido, situado entre as ruas Almirante Guillobel e Tim Lopes, no bairro Guabiroba na cidade de Pelotas/RS, próximo ao Terminal Rodoviário.

2. METODOLOGIA

Para abordar os conceitos teóricos e a discussão proposta neste trabalho, de maneira qualitativa e exploratória, realizou-se a revisão bibliográfica que também pautou as decisões de projeto do estudo de caso: “Parque Solis”. Ademais, foram feitos os estudos de sítio e projeto, entre eles: análise e diagnóstico do lugar que investigou a paisagem cultural do local de intervenção, o contexto histórico e a evolução urbana do bairro; infraestrutura natural (cursos d’água, topografia, sistema de drenagem natural, vegetação existente e cobertura do solo); hierarquia viária e mobilidade urbana e; infraestrutura urbana pré-existente. As investigações dos dados secundários foram feitas integralmente de forma online (em função da realidade do ensino remoto), através do site da Prefeitura Municipal de Pelotas, do Portal de Informações Geográficas da Prefeitura de Pelotas (GeoPelotas), do IBGE, Google Maps, Google Earth e Google Street View. Algumas entrevistas, com os usuários do bairro e moradores do entorno imediato ao sítio de intervenção, foram realizadas pelos estudantes – de maneira remota via redes sociais, telefone e pesquisas online. A partir dos dados primários assim coletados, os grupos de projeto puderam analisar as particularidades daqueles que vivenciam o lugar cotidianamente e assim complementar o programa de necessidades da proposta paisagística.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Parque Solis teve suas diretrizes projetuais pautadas em reflexões teóricas acerca do estudo da arquitetura e do espaço urbano, como o direito à cidade e os espaços livres como formas inerentes às espacialidades urbanas. No entanto, enquanto prática projetual outros conceitos foram utilizados na proposta com a intenção de abstrair o contexto morfológico e forma urbana do terreno, destacando-se entre eles o direito ao sol, ao lúdico e às emoções humanas.

As decisões projetuais buscaram, dessa forma, garantir que tanto as reflexões teóricas consolidadas como as abstrações conceituais pudessem ser vivenciadas no espaço público de maneira segura, com qualidade e vitalidade, tornando o sítio em questão, um ponto de encontro, de lazer e de descanso; do existir e do contemplar, ou seja, propondo não só um “espaço livre”, mas um lugar livre. O conceito do “direito ao sol”, apesar de figurativo, propôs além da discussão político-social, a garantia na materialidade do acesso aos lugares públicos de qualidade para diferentes pessoas e contextos, de modo que todos pudessem vivenciar a cidade e o espaço público de maneira sublime, suave e com a possibilidade de desenvolver sentimentos como o de pertencimento.

Uma das decisões projetuais mais importantes foi a colorística escolhida para o parque; enquanto estratégia para reforço e materialização dos conceitos apresentados, de modo a despertar emoções e sensações através da cor: jovialidade, transformação e emoção (HELLER, 2016). As cores também tiveram um importante papel na criação de espacialidades, caminhos e lugares.

Especialmente, os lugares foram projetados de modo a garantir o entendimento do espaço como um todo, mas também de viabilizar que seus usuários pudessem criar as suas próprias vivências urbanas.

Optou-se que o desenvolvimento do projeto paisagístico ocorreria através de um olhar humano e sensível, capaz de proporcionar, segundo Abbud (2006), uma rica experiência sensorial para os seus usuários através da exploração da essência natural do espaço. Portanto, o projeto buscou ir além do sentido da contemplação, sendo proposta também a funcionalidade enquanto espaço público livre.

O programa de necessidades foi composto por usos pré-estabelecidos e usos definidos a partir das análises, diagnósticos e entrevistas realizadas em etapas realizadas pelos estudantes da disciplina, conforme dito anteriormente. Para o Parque Solis, o programa de usos e atividades propôs: duas quadras poliesportivas; espaço edificado para apoio às atividades; áreas de recreação intergeracionais; espaços de estar passivos e ativos; mobiliários interativos; horta comunitária; mirante; passarela, espaços caminháveis e cicláveis; lixeiras orgânicas e recicláveis, pontos de água potável (de acesso público) e iluminação urbana adequada. Foi inserido também no programa de necessidades a requalificação das ruas adjacentes, onde a Rua Tim Lopes passou a ser uma rua do tipo mista, a fim de priorizar pedestres e ciclistas.

A escolha das espécies botânicas foi de extrema importância para a composição do projeto paisagístico do Parque Solis, cujas características buscaram desempenhar papéis estéticos e funcionais. Como decisão projetual, foi escolhido trabalhar, majoritariamente, com espécies nativas do Bioma Pampa, com isso, poucas espécies exóticas foram escolhidas, apenas para as composições colorísticas, a fim de reforçar o conceito e a proposta de vivência no parque. As cores das espécies vegetativas também foram escolhidas de forma a criarem harmonia e/ou contraste com as cores evidentemente presentes no parque.

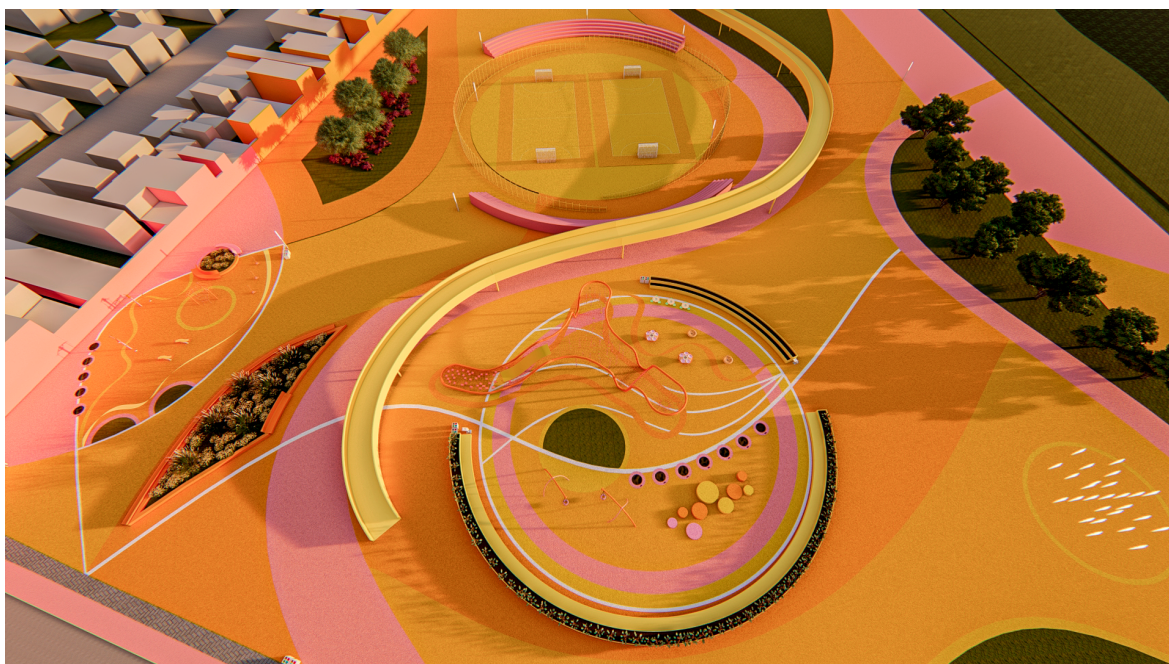
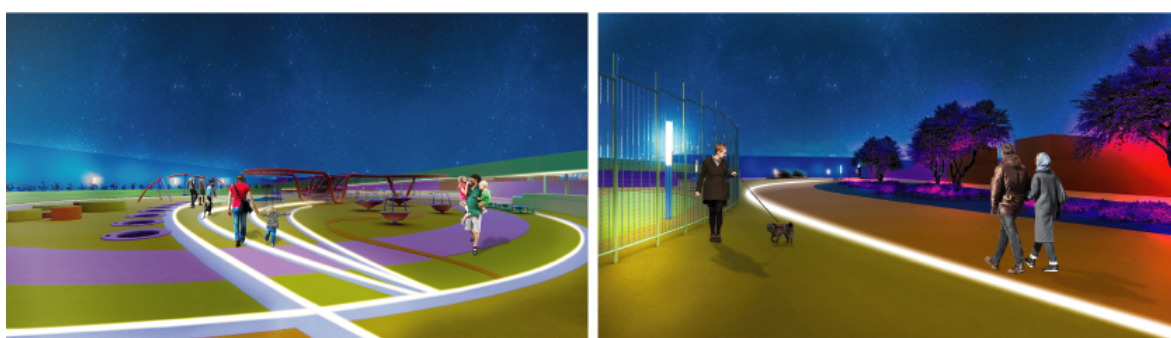


Figura 1: Vista de topo e implantação do Parque Solis.

Fonte: das autoras, 2021.



Figuras 2 e 3: Proposta de usos e atividades para o Parque Solis.
Fonte: das autoras, 2021.



Figuras 4 e 5: Vistas noturnas do Parque Solis. Fonte: das autoras, 2021.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo de caso buscou abordar a importância do sistema de espaços livres enquanto elemento fundamental ao ambiente urbano e ao cotidiano da vida pública. Dessa forma, pode-se afirmar que o objeto de estudo, o Parque Solis, teve êxito ao propor espacialidades com grandes potenciais de melhorar a qualidade de vida do seu entorno imediato, além de oferecer oportunidades no espaço público. Conclui-se também que a proposta da disciplina foi de extrema importância na formação dos discentes enquanto futuros arquitetos e urbanistas, ao garantir que os mesmos pudessem aplicar e explorar conceitos teóricos em um processo projetual complexo e com demandas reais, a partir de uma abordagem inteiramente remota e, ainda assim, com proposições de alta qualidade e relevância ao meio acadêmico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbud, B. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. Ilustrações Hélio Yokomizo. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2006.

HELLER, E. **A Psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão**. 1ed. São Paulo: G. Gili, Ltda, 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001. [1970]

MACEDO, S.S.; CUSTÓDIO, V.; DONOSO, V. G. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 256.